



Universidade Católica de Brasília – UCB Virtual
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Lato Sensu em Educação a Distância
Trabalho de Conclusão de Curso

PROJETO DE APLICAÇÃO

Licitações e Contratos: uma abordagem prática

Brasília DF
2010



**Universidade Católica de Brasília – UCB Virtual
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Lato Sensu em Educação a Distância
Trabalho de Conclusão de Curso**

PROJETO DE APLICAÇÃO

Licitações e Contratos: uma abordagem prática

**Autora: Patricia Alvares de Azevedo Oliveira
Orientadora: Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro**

**Brasília DF
2010**

Este trabalho foi apreciado por uma Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores: Ana Paula Costa e Silva, Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação, e Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro, mestre em educação na área de Política, Gestão e Planejamento Educacional.

DEDICATÓRIA

Dedico este projeto a meu marido Lincoln, amigo de todas as horas, que me traz felicidade e disposição para seguir em frente e olhar para o futuro.

RESUMO

O presente projeto de aplicação em EAD visa preencher a lacuna existente entre as exigências da legislação pertinente e sua aplicação pelos gestores federais no que tange às compras governamentais. Utilizando-se das novas tecnologias da informação e das comunicações existentes no mercado, pretende promover a aproximação da legislação com o dia-a-dia dos gestores. Objetiva alcançar os seguintes resultados: a) capacitar os alunos no tema Licitações e Contratos; b) promover a interação entre gestores dos diversos órgãos, a fim de compartilhar experiências e soluções para os problemas relacionados ao tema; c) desenvolver metodologias de ensino-aprendizagem focadas na vivência do aluno em EAD; d) contribuir para o aprimoramento da gestão pública.

Palavras-chave: licitações, contratos, projeto de aplicação, educação corporativa, organizações públicas.

ABSTRACT

This project aims at implementing EAD in bridging the gap between the requirements of relevant legislation and its implementation by federal managers with respect to government procurement. Using the new information technologies and communications in the market, aims to promote the approximation of legislation with the day-to-day managers. It aims at achieving the following results: a) train students in the subject Procurement and Contracts, b) promote the interaction between managers from different organs in order to share experiences and solutions to problems related to the topic, c) develop methods of teaching and learning focused on the student's experience in distance learning, d) contribute to the improvement of public management.

Keywords: auctions, procurement, project implementation, corporate education, public organizations.

SUMÁRIO

1	Justificativa	8
2	Público-alvo	9
3	Objetivos do Projeto	10
3.1	Objetivo geral.....	10
3.2	Objetivos operacionais	10
4	Referencial Teórico	10
4.1	A formação profissional continuada	10
4.2	A EAD e Educação Corporativa.....	12
4.3	Estudos sobre aprendizagem e a relação com a EAD	13
4.4	As organizações públicas e a EAD	15
5	Concepção Pedagógica	16
6	Metodologia	17
6.1	Objetivos do curso	17
6.2	Objetivos de aprendizagem	17
6.3	Conteúdo	19
6.4	Carga horária	20
6.5	Sistema de tutoria	20
6.6	Ferramentas de interação	20
6.7	Materiais Didáticos	21
7	Sistema de Avaliação do Projeto	21
7.1	Avaliação de reação	22
7.2	Avaliação de aprendizagem.....	22
8	Divulgação do projeto	23
9	Cronograma	23
10	Orçamento	23
10.1	Despesas de custeio	23
10.2	Serviços de pessoas físicas.....	23
11	Bibliografia	24

Dados Gerais

Elaborador: Patricia Alvares de Azevedo Oliveira, e-mail: patricia.mithus@terra.com.br

Orientador: Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro, e-mail: bernadete@ucb.br

1 Justificativa

A Controladoria-Geral da União (CGU), instituição onde exerço o cargo de Analista de Finanças e Controle, é o órgão federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A função de Controle Interno exercida pela CGU tem como uma de suas finalidades principais, definidas pela Constituição, a avaliação da execução dos programas de governo e a comprovação da legalidade da gestão orçamentária, patrimonial e financeira dos órgãos do Poder Executivo Federal, bem como da aplicação de recursos federais por entidades privadas. Cabe também à CGU, com competência instituída pela Lei nº 10.180/01, a orientação normativa e supervisão técnica das auditorias internas das entidades da Administração Federal.

Consciente de seu papel também como parte integrante e ativa do ciclo de gestão pública, o órgão vem tratando de aprofundar as relações de cooperação de suas equipes com os gestores federais, em todas as instâncias e oportunidades. Esta interação vem sendo promovida através de treinamentos em temas considerados relevantes e da elaboração de material didático disponibilizado aos gestores a fim de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

A experiência da CGU em auditorias e fiscalizações realizadas demonstra que são recorrentes os problemas que geram prejuízos aos cofres públicos por desconhecimento da legislação e/ou falta de planejamento dos responsáveis por elaborar e realizar as licitações necessárias para o cumprimento dos objetivos governamentais.

Neste contexto é que se insere o projeto de aplicação proposto, intitulado “Licitações e contratos – uma abordagem prática”, que tem o objetivo de apresentar aos gestores a legislação pertinente, verificar sua aplicabilidade em casos concretos e explorar as principais dificuldades de execução nos fóruns de discussão.

A escolha da modalidade a distância deve-se ao fato de muitos dos órgãos/entidades federais estarem localizados fora dos centros urbanos, sendo as possibilidades de capacitação presencial dispendiosas, visto que exigem deslocamento dos servidores e impossibilidade de eles continuarem exercendo suas funções no órgão/entidade de origem. Além disso, a possibilidade de trocar experiências com profissionais de outros órgãos e localidades serve como incentivador da discussão, estudo e aprimoramento.

Em que pese haver muitos cursos a distância baseados nesta temática – licitações e contratos -, nossa proposta de uma abordagem prática tem o objetivo de trazer as experiências pessoais para a construção de um conhecimento coletivo que sirva como base sólida para utilização dos participantes no seu dia-a-dia.

2 Público-alvo

O projeto visa a atender um público distribuído por todo o território nacional, formado por gestores federais que atuam na execução dos programas de governo. Encontram-se atualmente sob a jurisdição da CGU aproximadamente 1.100 unidades federais, que atuam nas mais diversas áreas de ação governamental. A idéia inicial é a de que participem do projeto 200 gestores. Há previsão de turma piloto, de 40 alunos, oriundos do próprio órgão, com o objetivo de verificar pontos fracos do projeto.

São pré requisitos para participação no curso:

- Ser servidor ou empregado público;
- Atuar em área relacionada a licitações (planejamento, execução ou controle);
- Ter conhecimento da tecnologia da Internet.

Estes servidores necessitam ter disponíveis as seguintes ferramentas:

- Sistema operacional Windows 95/98, ou versão superior;

- Dispor de um navegador instalado;
- Possuir o programa Adobe Acrobat, disponível para download no curso;
- Ter correio eletrônico e um endereço eletrônico próprio, ativo e regular para comunicação;
- Navegador Mozilla Firefox, Internet Explorer ou similar.

3 Objetivos do Projeto

3.1 Objetivo geral

Desenvolver um curso de capacitação na modalidade a distância, sobre o tema Licitações e Contratos, de forma a melhorar a eficiência das compras governamentais.

Meta: capacitar 200 gestores federais na primeira turma do curso “Licitações e contratos – uma abordagem prática”

3.2 Objetivos operacionais

- Descrever as características do público alvo do projeto;
- Definir a concepção pedagógica que norteará as estratégias do projeto;
- Definir a metodologia a ser aplicada;
- Selecionar as ferramentas de interação mais apropriadas;
- Orientar a elaboração do material didático;
- Definir a estratégia de avaliação; e
- Definir as formas de divulgação do projeto, bem como o cronograma previsto e o orçamento estimado.

4 Referencial Teórico

4.1 A formação profissional continuada

A automação de atividades mais simples e a tendência mundial de aumento de complexidade dos trabalhos humanos em diferentes contextos e setores da economia têm exigido das pessoas um grande esforço de aquisição contínua de competências.

Segundo Delors (2005), o profissional do presente e do futuro terá que pautar a sua aprendizagem no desenvolvimento de quatro grandes conjuntos de competências, necessários a uma aprendizagem ao longo de toda a vida: o aprender a conhecer, por conta de um cenário em que o conhecimento torna-se cada vez mais instável; o aprender a fazer, a fim de tornar o indivíduo apto a enfrentar novas e desafiadoras situações; o aprender a fazer junto, necessário ao atual cenário de interdisciplinariedade que a complexidade dos trabalhos exige; e o aprender a ser, que refere-se à necessidade de que o indivíduo desenvolva plenamente todas as suas potencialidades. Surge então um novo processo educacional em que o “aprender a aprender” torna-se essencial, na medida em que o conhecimento baseado na compreensão da realidade assume posição de destaque no atual mundo do trabalho.

Segundo Abbad (2007 apud Belloni, 2008), o perfil do profissional do futuro caracteriza-se por um conjunto de habilidades estratégicas metacognitivas, bastante complexas, que capacitam a pessoa ao automonitoramento, à auto-avaliação e à autogestão da aprendizagem e carreira.

Para aumentar a competência das pessoas e para que essas possam evitar a obsolescência profissional, diversas instituições de ensino e de qualificação profissional têm se esforçado para criar oportunidades de aprendizagem contínua.

Segundo o Manual do DIEESE (2007) - Formação Profissional Continuada nas Empresas: Diretrizes para Pesquisa – em países com sistemas educacionais, inclusive tecnológicos, bem consolidados e com ampla cobertura populacional, a formação profissional continuada expressa o prosseguimento daquela obtida pelos jovens nos sistemas nacionais de educação. Nos países desenvolvidos, a regulamentação pública da formação profissional continuada se faz, em geral, de maneira tão extensa quanto aquela exercida sobre a propiciada pelo sistema educacional.

No caso do Brasil, o investimento na educação corporativa tem crescido bastante nos últimos anos e tem se tornado um dos fatores de retenção de talentos nas empresas. Dados fornecidos pela Associação Brasileira de Treinamento e

Desenvolvimento (2006-2007) dão conta de que 70% das empresas participantes da pesquisa registraram planejar investir mais recursos em treinamento em 2007, além de terem aumentado o número de horas destinadas a treinamento, que passou de 39 para 47 horas semanais. Esta média anual de treinamento é superior aos índices internacionais registrados pelos EUA (30 horas), Europa (36 horas) e América Latina (31 horas).

Eboli (2004) descreveu 21 casos de universidades corporativas de empresas sediadas no Brasil e três casos de universidades setoriais. Além das universidades pesquisadas pela autora, há muitas outras, entre as quais as Universidades do Banco Central (Unibacen), da Petrobras e da Eletronorte.

Dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD 2007) identificam que há aproximadamente 100 unidades de educação corporativa no Brasil. Em função da relevância que a educação corporativa vem assumindo no Brasil, os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Trabalho e Emprego (MTE) e o da Educação (MEC) têm investido e apoiado programas de educação do trabalhador pelas organizações.

4.2 A EAD e Educação Corporativa

Cabral e Ferreira (<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br>) , em um artigo voltado à importância do Ensino a Distância na formação continuada de professores, destacam o mérito da Educação a Distância (EAD), “como excelente alternativa para a formação continuada em todo o mundo”.

Segundo Belloni (1999), a EAD é um modo não contíguo de transmissão entre professor e conteúdos do ensino, e aprendente e conteúdos de aprendizagem, que possibilita ao aprendente maior liberdade para satisfazer suas necessidades de aprendizagem, quer sejam por modelos tradicionais, não tradicionais, ou pela mistura de ambos.

Em organizações públicas e privadas, a EAD amplia e democratiza o acesso de pessoas ao estudo e cria condições propícias à aprendizagem contínua. A

armazenagem e a organização de serviços de orientação profissional, guias de estudo ou trilhas de aprendizagem, bibliotecas virtuais, textos e materiais de apoio ao estudo em diferentes áreas são possibilitados pelo uso de plataformas eletrônicas de gerenciamento de aprendizagem.

O Decreto 5.707, de 2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), trouxe a exigência de a administração pública adotar estratégias mais eficazes de capacitação do servidor, para que serviços de qualidade sejam oferecidos ao cidadão. Para Abbad (2007), o servidor público, como profissional inserido nesse contexto, precisa preparar-se para incluir no seu cotidiano o auto-estudo, a administração do tempo para inserção de rotinas de aprendizagem contínua, o planejamento da carreira, a autogestão e a autonomia na busca ativa por novas aprendizagens.

Neste contexto, a EAD possibilita o aumento das oportunidades de aprendizagem contínua dos servidores públicos, além de colaboradores, parceiros e demais constituintes de sua cadeia de valor.

4.3 Estudos sobre aprendizagem e a relação com a EAD

Frequentemente os programas realizados por meio da modalidade de educação a distância têm sido dedicados à clientela formada por jovens e adultos. Em que pese a quantidade de definições para Educação a Distância, sua principal característica diz respeito à não-convencionalidade em relação à sala de aula, à dimensão espacial e temporal e à relação professor-aluno.

São muitos os estudos sobre como se dá a aprendizagem e, ao longo dos últimos dois séculos, muitas teorias foram desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a organização de um processo educativo a distância.

Dentre os principais teóricos de aprendizagem destacam-se Skinner, Piaget e Vygotsky.

Nascido em 1904, Skinner é o criador do conceito de instrução programada, que se baseia numa sequência constituída por um grande número de pequenos

passos, chamada de sequência instrucional. O objetivo é fazer com que o aluno aprenda em mínimas partes e de forma cumulativa, com reforço para o acerto, estimulando-o a continuar. Um dos conceitos básicas deste tipo de ensino diz que a aprendizagem de um comportamento, não importa quão complexo seja, se apoia na aprendizagem de uma seqüência de componentes do comportamento em questão, do mais simples ao mais complexo (Skinner, 1954) Esta técnica permitiu o surgimento do que se denomina auto-instrução, sendo o aprendizado do aluno feito de forma independente, segundo seu próprio ritmo, sendo conduzido pelo programa auto-instrucional. Para elaborar um curso na modalidade a distância, é de suma importância levar em conta este aspecto auto-instrucional, de forma a estimular o aluno a prosseguir buscando o conhecimento.

Jean Piaget, nascido em 1896, dedicou sua experiência acadêmica a estudar o processo de desenvolvimento da inteligência humana. Ele define a inteligência como o mecanismo de adaptação do organismo a uma situação nova, o que implica a construção contínua de novas estruturas. O desenvolvimento cognitivo do indivíduo ocorreria através de constantes desequilíbrios e equilibrações. Segundo Piaget (1985), a equilibração cognitiva é, portanto, ampliadora, isto é, os desequilíbrios não conduzem a um retorno à forma anterior de equilíbrio, mas a uma forma melhor caracterizada pelo aumento das dependências mútuas ou implicações necessárias. Sua teoria defende que o indivíduo só recebe determinado conhecimento se estiver preparado para isso, isto é, se pode agir sobre o objeto do conhecimento de forma a inseri-lo em um sistema de relações. A questão da assimilação do conhecimento, levando em consideração a realidade do aluno, se apropriando do que ele já sabe, vem inovar o conceito de aprendizagem, e acrescenta à teoria de Skinner um novo componente que deve ser levado em conta para o desenvolvimento com sucesso de programas de EAD.

Tendo sido contemporâneo de Piaget, Lev Semenovitc Vygotsky foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Defende que o pensamento humano é baseado na concepção de um organismo ativo, construído a partir de um ambiente histórico e social. Considerando isso, ele ressalta o papel da interação com outras pessoas e a importância desta no processo de formação do ser humano. Quando há

interação, as pessoas conseguem melhores resultados na construção do conhecimento. Pensamentos mais críticos e reflexivos são estimulados pela troca de experiências promovida por esta interação. No nosso projeto os fóruns de discussão têm o papel de promover esta interação.

Como contribuições destas teorias para a EAD, trazemos de Skinner a introdução aos módulos dos cursos a distância, onde via de regra são explicitados quais os passos o aluno deverá seguir e o que se pretende que ele esteja apto a saber ao término do estudo proposto. A partir de Piaget verificamos como os trabalhos colaborativos possibilitados por ferramentas específicas na EAD, a exemplo da Wiki, possibilitam aos estudantes aprofundar os conhecimentos. Por fim, Vygotsky trouxe para a EAD a necessidade de conhecer a realidade social na qual estão inseridos os estudantes, possibilitada pelos fóruns e outras ferramentas de interação.

4.4 As organizações públicas e a EAD

Algumas características das organizações públicas e sua relação com o ensino a distância devem ser conhecidos para que o projeto seja realizado com sucesso. De acordo com ENAP (2006), são desafios à implantação de cursos a distância as seguintes questões:

- a) psico-sócio-culturais - um novo paradigma educacional provoca reações desconfiadas e rejeições quanto à eficiência do aprendizado. Para isso é fundamental que o curso seja bem planejado e estruturado, com disponibilização para os alunos do material didático e do programa do curso logo ao início;
- b) culturais – existem pessoas que vêm nesta modalidade de ensino uma forma mais frágil e menos nobre de educação, com grau de exigência menor, que visa quase que exclusivamente à redução de custos com a educação. Neste contexto, é necessário que os projetos pedagógicos contenham elementos de criatividade, considerando as experiências de vida dos alunos – já que são adultos -, turmas heterogêneas e utilização de recursos didáticos variados.
- c) sociais – é preciso considerar questões de acessibilidade, inclusão e ética. O planejamento do curso deve assegurar que a quantidade de alunos atendidos

seja compatível com a capacidade de acompanhamento por parte das organizações;

- d) operacionais – não somente os aspectos ligados à tecnologia, conexões, integração de mídias e metodologias precisam ser conhecidos, mas também as questões ligadas a direitos autorais e à legislação acadêmica;
- e) tecnológicos – os problemas com conexões lentas e/ou insuficientes, falta ou obsolescência de computadores também devem ser considerados;
- f) metodológicos – a educação a distância não segue os mesmos moldes metodológicos dos cursos presenciais, e é preciso adequar a linguagem e as avaliações a este novo formato.

5 Concepção Pedagógica

O projeto foi pensado de forma a ser executado seguindo a abordagem construtivista. Esta rejeita as formas tradicionais de ensino, com a apresentação de conhecimentos prontos ao estudante. Defende a participação ativa do aluno no aprendizado, através de experimentações, pesquisa em grupo, estímulo às dúvidas e desenvolvimento do raciocínio.

Abbad (2007) verificou que muitos ambientes virtuais de aprendizagem oferecem tecnologias variadas, porém subaproveitadas. “Muitos dos cursos apresentam hyperlink de navegação que, quando acionado, não possibilita uma livre navegação ao aluno: o hyperlink está conectado à plataforma do curso”. O aluno, então, fica limitado ao ambiente oferecido e impossibilitado de pesquisar em outros sites da Internet, explica ela. “É incongruente oferecer um curso em que as tecnologias presentes não favorecem o auto-aprendizado, visto que um dos pilares em educação a distância é a autonomia do aluno, que constrói o seu próprio ritmo de aprendizagem e busca novos conhecimentos.” Abbad (apud Hori, 2007, p.377). Para Hori (2007, p.377) “desenvolver habilidades e capacidade de auto-aprendizado é a peça-chave para manter o aluno interessado.”

As avaliações também serão efetuadas de forma distinta, rejeitando as padronizações. Deverão ser periódicas e no decorrer do curso. O objetivo da avaliação não é punir o erro, mas sim utilizá-lo para uma nova situação de aprendizagem.

A escolha desta abordagem, abrindo mão de uma abordagem de instrução programada, que muito comumente tem sido utilizada no ensino corporativo, deve-se ao fato de o público-alvo ser de pessoas que já têm um conhecimento básico do tema. Hori (2007, p.377) descreve o servidor público como “o estudante que reconhece o valor do conhecimento, a necessidade de constante atualização e acompanhamento de mudanças, necessitando explorar isso por conta própria.” O objetivo é que a interação entre os alunos propicie um maior desembaraço na elaboração do próprio conhecimento.

6 Metodologia

Como uma proposta de capacitação destinada a servidores que já atuam na área de legislação de suprimentos, este item trata de descrever os objetivos específicos do curso, isto é, de que forma ele será elaborado, qual a metodologia utilizada, quais conhecimentos, habilidades e atitudes deverão fazer parte da rotina dos estudantes após a conclusão do treinamento.

6.1 Objetivos do curso

6.1.1 Objetivo geral

Contribuir para o aprimoramento da gestão pública, trazendo a discussão do tema “Licitações e Contratos” para o campo prático, esmiuçando a legislação e verificando sua aplicação em situações concretas.

6.1.2 Objetivos específicos

- a) fornecer, através de um modelo perguntas e respostas, referencial teórico sobre a legislação pertinente a licitações e contratos em vigor;
- b) desenvolver, através de estudos de caso, a capacidade de aplicar a legislação de licitações e contratos a casos concretos;
- c) permitir a troca de experiências entre os participantes do curso através dos fóruns.

6.2 Objetivos de aprendizagem

6.2.1 Conhecimento

- Discriminar os principais conceitos, a legislação pertinente e os princípios aplicáveis às licitações;
- Descrever as modalidades, os tipos de licitação e o projeto básico;
- Definir o que são compras para a Administração Pública e quais são as condições necessárias para participação dos interessados;
- Detalhar o tratamento diferenciado dado às ME e EPP e os documentos necessários à habilitação dos interessados;
- Compreender quais as hipóteses previstas para dispensa e inexigibilidade de licitação e as peculiaridades das licitações que envolvam recursos externos;
- Definir as características dos contratos administrativos e as cláusulas essenciais;
- Descrever em quais casos os contratos administrativos podem ser alterados;
- Definir as atribuições da Administração na fiscalização dos contratos e quando do recebimento do objeto ;

6.2.2 Habilidades

- Escolher a modalidade de licitação adequada;
- Elaborar editais para aquisições no setor público com base nos critérios de julgamento (tipo: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta, pregão eletrônico ou presencial);
- Elaborar projeto básico com base no art. 6º, XI Lei nº 8.666/93
- Identificar os procedimentos que deverão ser observados no processamento e julgamento das licitações ;
- Identificar quais situações devem ser evitadas a fim de não caracterizar restrição à competitividade, quanto à qualificação econômico-financeira;
- Identificar quais são as situações em que os contratos são facultativos ou obrigatórios;
- Redigir a minuta do contrato a ser firmado findado o processo licitatório
- Utilizar os procedimentos adequados no caso de ME e EPP não providenciarem a regularização da documentação para assinatura do contrato;

- Distinguir o chamado jogo de preços ou jogo de planilhas;
- Distinguir parcelamento do objeto de licitação de fracionamento de despesa;
- Identificar os recursos cabíveis no caso de inexecução contratual;

6.2.3 Atitudes

- Adotar de forma adequada as normas e regras dos processos de aquisição no setor público, a partir da reflexão crítica da legislação de suprimentos.

6.3 Conteúdo

O curso denominado “Licitações e Contratos – uma abordagem prática” deve possibilitar aos estudantes uma apropriação da legislação e sua aproximação com o mundo real. Desta forma serão abordados os principais conceitos e regras aplicáveis à legislação de suprimentos, as diversas modalidades e tipos de licitação, os casos de dispensa e inexigibilidade, as características dos contratos administrativos, formas de rescisão, e sanções no caso de descumprimento das cláusulas contratuais.

6.3.1 Licitações

- Principais conceitos, legislação e princípios aplicáveis às licitações;
- Modalidades, tipos de licitação e projeto básico;
- Compras e condições de participação de interessados;
- Tratamento diferenciado dado às EPP e ME e da habilitação dos interessados;
- Procedimento e julgamento;
- Dispensa e inexigibilidade de licitação e do envolvimento de recursos externos.

6.3.2 Contratos administrativos

- Conceito, características e alteração dos contratos administrativos;
- Da fiscalização dos contratos e do recebimento do objeto;
- Inexecução contratual, sanções e recursos cabíveis.

6.4 Carga horária

O curso terá carga horária de 60 horas e será totalmente ministrado a distância.

6.5 Sistema de tutoria

Para estimular os alunos a participarem, cada turma disporá de um tutor durante toda a duração do curso. A proposta é de que esta equipe de tutores seja composta de 5 servidores conhecedores do tema, a quem caberá a orientação sobre as tecnologias e ferramentas a serem utilizadas, a motivação para a participação, bem como a avaliação dos alunos. Cada tutor será responsável por uma turma de 40 alunos e a carga horária semanal despendida por tutor será de 20 horas.

O tutor deve também esclarecer as dúvidas, estimular a investigação através de levantamentos de questões e, se possível, ampliar temas apresentados no material didático.

6.6 Ferramentas de interação

A fim de estimular a participação dos alunos, a utilização das ferramentas tecnológicas será a mais simples possível, com disponibilização de apostilas on line no ambiente virtual, links para pesquisa e ferramentas de interação de fácil uso, como fóruns e e-mails.

Esta escolha está fundamentada no conhecimento de que a obsolescência das máquinas é uma realidade comum na maioria das organizações brasileiras, principalmente quando se avança para o interior dos estados, onde as carências são mais evidenciadas.

6.6.1 Fóruns de discussão

Serão propostos durante o curso dois fóruns de discussão, um abordando a temática de Licitações, e o outro a temática de contratos. Nestes fóruns os alunos, além de abordarem a questão proposta, irão discutir sobre as principais dificuldades encontradas por eles no dia-a-dia das contratações.

Além dos fóruns avaliativos, serão disponibilizados dois outros fóruns, um de dúvidas, para que os alunos possam esclarecer questões sobre o andamento do

curso, sobre materiais disponibilizados, etc., e outro fórum cafezinho para sugestões de leituras e outros assuntos livres.

6.6.2 E-mail

Esta será a principal ferramenta de contato entre o tutor e o aluno, que deverá ser utilizada para incentivar a participação, esclarecer dúvidas administrativas ou acadêmicas.

6.7 Materiais Didáticos

O material didático deverá apresentar além do conteúdo do curso, link com textos complementares e legislação pertinente. A escrita será desenvolvida, sempre que possível, de forma a dirigir-se diretamente ao sujeito da aprendizagem, conforme diretrizes do documento do Ministério da Educação para EAD. Imagens serão inseridas quando necessárias para esclarecer os fluxos dos processos e/ou facilitar a aprendizagem. Os hipertextos terão a função de permitir que o aluno estabeleça livremente os caminhos que deseja percorrer na construção do seu conhecimento.

Com relação ao conteúdo, haverá proposição de momentos de reflexão e inserção de estudos de caso para que os alunos apliquem em situações reais o conhecimento adquirido.

Será disponibilizada a versão para impressão do conteúdo, além de um vídeo de apresentação com a exposição dos motivos que levaram a instituição a promover este curso.

7 Sistema de Avaliação do Projeto

A avaliação é responsável por fornecer insumos que garantirão a retroalimentação do sistema de treinamento, garantindo seu aperfeiçoamento.

Em nosso projeto serão utilizaremos os seguintes instrumentos de avaliação:

7.1 Avaliação de reação

Objetiva verificar a percepção do aluno sobre a quantidade da interação com o tutor, inclusive quanto ao seu domínio de conteúdo e uso de estratégias de ensino. Inclui a satisfação do aluno com a interface gráfica do curso, em termos de navegabilidade e usabilidade no ambiente virtual. Além disso, inclui também a verificação da opinião do participante quanto aos resultados e aplicabilidade do que foi aprendido.

Para esta avaliação será usado o instrumento questionário, com questões fechadas e uma aberta, para que o aluno fale de maneira geral sobre o curso e a metodologia adotada.

7.2 Avaliação de aprendizagem

Conforme definido no item Concepção Pedagógica, as avaliações de aprendizagem neste projeto têm o objetivo de instruir o aluno, e não punir. Após a conclusão de cada módulo, será proposta a elaboração de um trabalho em grupo, com a utilização da ferramenta wiki, que contemple todas as etapas para um determinado caso proposto.

A segunda forma de avaliação será baseada na participação nos fóruns. Esta participação deverá contemplar não somente o número de inserções do aluno, mas também sua capacidade em contribuir para a construção do conhecimento coletivo.

A nota mínima para aprovação é 7.0. Para o cálculo da média final, o trabalho em grupo contribuirá com 50% e os fóruns com os outros 50%, sendo 25% de participação para cada fórum. No trabalho a ser desenvolvido por meio da ferramenta wiki será acompanhada a participação do aluno na construção do trabalho, sendo necessária ao menos uma participação por etapa do caso desenvolvido. No caso dos fóruns, será utilizado como critério necessário ao menos duas inserções por fórum, bem como a contribuição do aluno com citações, exemplos de casos e leituras propostas aos demais colegas.

8 Divulgação do projeto

O projeto utilizará duas formas de divulgação. A primeira delas será a de um banner no sítio da Controladoria-Geral da União, que dispõe de uma Escola Virtual, com a chamada para o curso. A segunda será a produção de folders que deverão ser distribuídos às 1.100 unidades federais sob a jurisdição da CGU.

9 Cronograma

Atividade/Mês	1	2	3	4	5	6	7
Organização do Projeto							
Cadastro e Treino Tutores							
Preparação de material							
Divulgação e inscrições							
Aulas							
Primeira Avaliação Alunos							
Segunda Avaliação Alunos							
Avaliação do material							

10 Orçamento

10.1 Despesas de custeio

10.1.1 Gravação de vídeo R\$ 1.000,00

10.1.2 Despesas com folders R\$ 300,00

10.2 Serviços de pessoas físicas

10.2.1 Tutores - R\$ 15.000,00

10.2.2 Conteudistas R\$ 10.000,00

10.2.3 Webdesigners R\$ 20.000,00

10.2.4 Revisores de conteúdo R\$ 3.000,00

Valor Total : R\$ 49.300,00

O projeto será financiado com recursos próprios.

11 Bibliografia

1. ABRAEAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. 3ª Edição. São Paulo: Instituto Monitor, 2007.
2. Abbad, Gardênia da Silva. Educação a distância: o estado da arte e o futuro necessário. Revista do Serviço Público, Vol.58, Jul/Set 2007, ENAP.
3. Belloni, Maria Luiza. Educação a Distância. Campina, SP, Autores Associados, 1999, p.25-38
4. Delors, J.A. Educação para o Século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005
5. Eboli, M. Educação Corporativa no Brasil: mitos e verdades. São Paulo: Editora Gente, 2004.
6. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Educação a distância em organizações públicas, 2006.
7. Hori, Larissa Mamed. Com educação a distância se vai ao longe. Revista do Serviço Público, Vol.58, Jul/Set 2007, ENAP.
8. Plano de Integridade Institucional 2007-2010 Controladoria Geral da União
9. Referenciais para elaboração de material didático para EAD no Ensino Profissional e Tecnológico – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Secretaria de Educação a Distância.

Referências Eletrônicas

1. Ambiente de Aprendizagem Construtivista
<http://penta.ufrgs.br/~luis/Ativ1/Construt.html>
2. 50 Questões Básicas sobre Construtivismo
<http://www.ufpa.br/eduquim/construtquestoes.htm>
3. Formação Profissional Continuada nas Empresas: Diretrizes para Pesquisa
http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV9.pdf
4. EAD como Facilitadora da Formação Continuada do Professor: uma Saída para os Problemas Educacionais Brasileiros
<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=7&texto=214>
5. Educação a distância e projeto pedagógico.
<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/educacao/educacao6-1.html>